



Méiri Frotscher

Alemanha, Brasil, América Latina: perspectivas historiográficas alemãs.

Méri Frotscher*

RINKE, Stefan. „Der letzte freie Kontinent“: *deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*. Stuttgart: Akademischer Verlag Hans-Dieter Heinz, 1996 (Histoamericana).

MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus im Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexico, 1931-1945*. Stuttgart: Akademischer Verlag Hans-Dieter Heinz, 1997 (Histoamericana).

Historiadores que trabalham na área de ensino e pesquisa sobre América Latina no Brasil têm assinalado que há uma carência de publicações sobre estudos comparativos entre a história do Brasil e dos demais países latino-americanos. No que se refere a estudos comparativos sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos e suas relações com a Alemanha, diversos institutos de estudos latino-americanos existentes em universidades alemãs têm dado uma contribuição significativa. Pesquisas e publicações de teses de mestrado e doutorado com base no farto acervo documental e bibliográfico sobre as relações transnacionais entre América Latina e Alemanha existentes nos arquivos históricos, bibliotecas e institutos de pesquisa alemães, têm sido uma constante.

Com o objetivo de publicar trabalhos sobre história latino-americana desenvolvidas recentemente por historiadores alemães, o ZILAS – Zentralinstitut für Lateinamerika-Studien da Universidade Católica de Eichstätt – Baviera, criou em 1996 a Coleção Histoamericana, em que configuram duas significativas publicações para a historiografia latino-americana, no que se refere às relações entre a Alemanha e a América Latina. Tratam-se da tese de doutoramento do historiador Stefan Rinke, intitulada “*O último continente livre*”: *a política alemã para a América Latina no sentido das relações transnacionais, 1918-1933*, a primeira da Coleção, e da tese de doutoramento em História de Jürgen Müller, publicada na forma de livro

em 1997, sob o título *Nacional-socialismo na América Latina: a Organização para o Exterior do NSDAP na Argentina, Brasil, Chile e México, 1931-1945*.

Juntas, as duas obras abarcam os dois últimos importantes períodos da influência alemã no continente latino-americano durante o século XX. Através de uma exaustiva pesquisa documental e análise das fontes, trazem novos elementos para uma revisão de alguns aspectos da historiografia latino-americana no que se refere às relações com a Alemanha entre as duas guerras mundiais, e aqui se insere o Brasil, um dos principais focos de atenção da Alemanha no continente no início do século XX.

O volumoso trabalho de Stefan Rinke, publicado em dois tomos, analisa o crescente significado da América Latina, referida por observadores alemães da época como o “último continente livre”, na política externa alemã durante a República de Weimar. Iniciando o estudo pela Primeira Guerra Mundial, quando houve um corte drástico nas relações teuto-latino-americanas, mostra os esforços alemães que levaram a uma rápida retomada das relações diplomáticas e do intercâmbio econômico, o fomento das relações científico-culturais, assim como o significado do novo impulso emigratório alemão rumo à América Latina.

Baseado no suporte teórico das relações transnacionais, o autor introduz o livro com o elemento determinante dos interesses alemães na América Latina, as ambições comerciais no continente, inserindo-as dentro do novo jogo de forças político-econômicas a nível internacional, após a Primeira Guerra, quando o governo alemão tinha interesse em regenerar economicamente suas relações externas e também fazer frente sobretudo à influência norte-americana e inglesa no continente. O principal foco dos investimentos alemães fora da Europa, entre 1918 e 1933, foi a América Latina, ao lado dos EUA. O autor assinala a especificidade do período, quando a política das “canhoneiras” e os planos de anexação, características da política internacional alemã antes da Primeira Guerra, não eram mais praticáveis, diante das condições impostas pelo Tratado de Versailles. Também a recusa da Doutrina Monroe, que durante o período anterior havia comprometido as relações da Alemanha com os EUA, foi abandonada durante a República de Weimar, quando, em virtude da crescente dependência financeira de investimentos norte-americanos, o governo alemão tratou de priorizar boas relações com aquele país.

Na segunda parte Rinke concentra-se no nível oficial das relações entre os governos latino-americanos e alemão, assinalando as dificuldades do Ministério das Relações Exteriores em impor a influência alemã no continente latino-americano, destacando nesta direção o papel das relações de grupos

econômicos e sociais de diversos interesses. A existência de grupos de alemães na América Latina era percebida pelos contemporâneos, por conta do seu potencial econômico, como condição prévia para a re-ascensão futura da Alemanha e como um substitutivo às colônias alemãs perdidas com a guerra. Às camadas influentes alemãs e descendentes na América Latina se associava um duplo papel: alvo e ao mesmo tempo intermediador da política cultural alemã para o continente latino-americano. Através delas se reataram, após a Primeira Guerra, as relações da Alemanha com a América Latina. Para se elevar a imagem da Alemanha no Além-Mar, além de se tentar desarmar a não-aceitação à República de Weimar, por parte de muitos “Auslanddeutsche” na América Latina, o governo alemão incentivou a emigração sobretudo para países latino-americanos onde a pressão da assimilação era menor e onde se poderiam concretizar estruturas colonizadoras fechadas que mantivessem o “Deutschtum”.

Na terceira parte do trabalho, o autor assinala um dos elementos determinantes da nova política externa alemã pós-1918: a propagação de bens culturais através de organizações não-estatais dirigidas por membros da burguesia intelectual alemã ou descendentes, com o objetivo de “ganhar a alma” de importantes segmentos da sociedade latino-americana, sobretudo membros das oligarquias e outros grupos de representação decisivos. O autor analisa o papel do plano cultural na nova política alemã para a América Latina depois da Primeira Guerra, que teve como principais divulgadores o Ministério das Relações Exteriores e organizações transnacionais como as ligas de alemães no estrangeiro, a VDA – Verein für das Deutschtum im Ausland - e as igrejas, como novos meios para a realização de objetivos econômicos. As medidas político-culturais da França na América Latina foram tomadas pelo governo alemão como modelo inspirador para a sua política cultural no continente, que resultou na criação dos Institutos Ibero-Americano de Hamburg, em 1922, e de Berlin, em 1930, e se concentrou no uso da função propagandística das escolas alemãs, no fomento das relações intelectuais através do intercâmbio de cientistas e estudantes, assim como a proliferação de livros e da arte alemã. Esta política não foi dirigida a partir de uma instância central, mas através de uma associação de atores governamentais e sociais.

Apesar dos principais interesses econômicos e político-culturais da Alemanha terem se dirigido ao Brasil, Argentina e Chile, o autor também amplia seu raio de análise a outros países latino-americanos que em menor importância foram envolvidos pela política externa alemã, sobretudo Colômbia e México. No que toca ao Brasil, o autor assinala que o reatamento

das relações entre a imprensa brasileira e teuto-brasileira foi mais problemático do que na Argentina, até por conta da quebra de relações diplomáticas entre os dois países durante a guerra. Só aos poucos as conseqüências difíceis puderam ser afastadas com a renovação de antigos contatos, de modo que, de “criança difícil”, como era chamado o Brasil pelos observadores alemães da época, tornou-se o principal foco da política alemã no continente, no campo da propaganda jornalística.

Na última parte, Rinke mostra até que ponto as empresas de iniciativa privada e indivíduos, enquanto atores transnacionais, se engajavam ou se opunham, em diferentes campos e aspectos, aos interesses da política oficial alemã no exterior. É de se assinalar como o autor mostra com detalhes a instrumentalização da política externa alemã, visualizando os atores sociais se movendo neste campo conforme seus interesses. No entanto, mesmo porque muitos deles não aceitavam a República de Weimar, conclui o autor que nem uma efetiva penetração nem uma coordenação de todos os “Auslanddeutsche” dentro de um mesmo objetivo foi possível, devido a conflitos de interesses particulares. Conclui ainda que as experiências dos anos 20 e do início dos anos 30 mostram que “a unidade dos alemães no estrangeiro não existia, por conta da filiação destes a diferentes grupos sociais e confissões, a orientações ideológicas concorrentes, e por causa das diferenças regionais entre os países latino-americanos”.¹

Trabalhos como este tem contribuído para se reverem determinados conceitos genéricos muito usados no campo também dos estudos teuto-brasileiros, como os conceitos “Deutschtum”, “Auslanddeutschtum” e “colônia alemã”. Em nota introdutória, o autor critica estes conceitos que implicam uma unidade entre os alemães no estrangeiro, o que, “com base nas divergências e interesses existentes e nos tipos mais diversos de desenvolvimento que ocorreram nos estados latino-americanos, na verdade não existiu”.²

Um enorme volume de fontes foram analisadas pelo autor. Pela primeira vez, atas relevantes de arquivos das ex-duas Alemanhas foram pesquisadas que, associadas a outras volumosas fontes do governo, dão conta não somente das relações diplomáticas e do trabalho em conjunto com diversos atores sociais, como também da confrontação destes com alguns ministérios.

Importante também é perceber a importância do trabalho no campo historiográfico alemão, não só por abordar a política oficial alemã para a América Latina durante a República de Weimar, pouco pesquisada pelos

¹ Rinke, Stefan. P. 748.

² Idem. Nota 7. P. 23.

historiadores, mas também por divergir de aportes teórico-metodológicos, sobretudo da historiografia da antiga República Democrática Alemã que, por conta do uso do conceito de continuidade na análise da posição do governo alemão perante os países subdesenvolvidos, não percebia certas especificidades da política externa alemã durante a República de Weimar, e, pelo contrário, assinalava a continuidade das práticas imperialistas observadas durante a época dos Kaisers até o período nacional-socialista. Baseado na análise das fontes, o autor descarta o conceito de continuidade e assinala uma moderna política para a América Latina, durante a República de Weimar, caracterizada por uma interação entre representantes transnacionais e governamentais, mas também marcada por conflitos e discordâncias.

A tese de doutoramento de Jürgen Müller, desenvolvida junto à Universidade de Heidelberg, trata da influência do nacional-socialismo na América Latina, entre 1931 e 1945, através da AO – Organização para o Exterior. Contribui assim, também, no sentido de adentrar as relações internacionais entre América Latina e Alemanha, no caso, durante o Terceiro Reich, sobretudo através da visualização dos jogos de poder e das relações conflituosas entre os membros do partido nacional-socialista e diversas instituições e atores sociais no espaço latino-americano.

Com base em amplo acervo documental pesquisado em arquivos alemães – sobretudo nos Arquivos Nacionais de Koblenz, Potsdam, no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Bonn e no Instituto de História Contemporânea de Munique, assim como em arquivos do Brasil, Argentina, Chile e México, o autor investiga a formação e as atividades da AO nestes países, suas relações com movimentos fascistas latino-americanos, com representantes diplomáticos do governo alemão e com as comunidades alemãs ali existentes. Outro objetivo do autor foi investigar até que ponto os grupos nacional-socialistas locais foram influenciados pelas percepções e reações que provocaram nestes países.

Müller inicia seu livro com a criação e desenvolvimento da AO na Alemanha, em 1931, partindo para as suas atividades na América Latina, mostrando como, nos primeiros anos, sua programação, tarefas e táticas políticas permaneciam ali desunidas e como animosidades pessoais e conflitos determinaram as relações dos membros do partido. Os partidários, sobretudo os que moravam em regiões do interior, inicialmente dispunham de idéias próprias do que significava nacional-socialismo. Entretanto, a partir de 1933, com a ascensão política do nacional-socialismo na Alemanha, aos poucos, as opiniões divergentes foram reprimidas e os diferentes grupos nacional-socialistas submetidos à estrutura centralizada do partido.

Apesar do facilitamento das condições de adesão ao partido, após 1933, o que acarretou um aumento no número de filiados, seu número não chegou a 5% entre os alemães na Argentina, México e Brasil, e 10%, entre os alemães existentes no Chile. A grande maioria dos descendentes de alemães, cujo número era bem maior que o de alemães, renunciou às pretensões do partido, sem, entretanto, abdicar de suas ligações emocionais em relação à Alemanha. O autor aponta que apesar do NSDAP ter tomado a direção da maioria das instituições culturais, não conseguiu o seu maior objetivo, a união e submissão de todas as regiões onde havia forte presença de alemães e descendentes, em torno dos fundamentos ideológicos que pregava.

Müller acentua que o partido procurou em todos os quatro países alcançar os mesmos objetivos com o uso de métodos mais ou menos coincidentes. Além da orientação social e política dos partidários, pretendia coordenar todas as sociedades organizadas por alemães e descendentes, assim como limitar, social e economicamente, a atuação de críticos, através de pressões e da propaganda.

O livro distingue os diferentes momentos e as diferentes condições em cada país, evidenciando uma multiplicidade de situações e conseqüências, o que demonstra o rigor e a riqueza da investigação histórica. É a partir das especificidades locais que o autor distingue, por exemplo, na segunda parte, quando trata das relações dos grupos do NSDAP com os partidos fascistas latino-americanos, os casos do Brasil e do Chile, onde tanto a AIB – Aliança Integralista Brasileira quanto o Movimiento Nacional Socialista do Chile, divergiam quanto à questão da assimilação dos descendentes de alemães. Enquanto os nacional-socialistas queriam evitá-la, ambos os movimentos defendiam uma integração social, política e étnica dos descendentes à sociedade nacional. Também com relação ao Brasil, destaca que, por conta da crença de dirigentes da AO, que as proibições e medidas nacionalizadoras tomadas pelo governo representavam nada mais que ações locais, sem perigo para a estrutura da AO, em si, e que foram tomadas de surpresa com a proibição do partido em 1938.

É de se destacar a observação do autor quando trata da relação dos grupos nacional-socialistas com os partidos fascistas latino-americanos. Müller indica duas posições existentes em muitos trabalhos sobre o nacional-socialismo na América Latina: uma, simpática ao Terceiro Reich, que afirmava que a Organização para o Exterior do Partido só aceitava a adesão de membros nascidos na Alemanha. Outra posição, tida por críticos da idéia de “alemão no exterior”, liberais e comunistas, assim como integrantes dos governos nacionalistas latino-americanos, acentuava o perigo da AO para a soberania

destes países, culminando na Segunda Guerra com a idéia da “quinta coluna”. O autor identifica a reprodução destas duas posições até os anos 80 do século XX, quando muitos estudiosos discutiam a relação entre o nacional-socialismo e os fascismos locais na América Latina, criticando a falta de uma intensiva e científica discussão sobre o tema por parte de muitos autores.

Ao invés de insistir nesta dicotomia, sugere uma leitura mais cuidadosa do material pesquisado apontando os conflitos e divergências no interior dos círculos de alemães e descendentes na América Latina. Mostra como as intenções do NSDAP de tomar a direção dos assuntos referentes ao cultivo da germanidade nas regiões colonizadas por alemães no continente e de mudar as relações locais de poder, constituíram os principais motivos para conflitos locais. Com relação ao Brasil, ao lado da resistência de muitos teuto-brasileiros, da influência da Igreja católica e da existência de relações conflituosas entre Reichsdeutsche – os nascidos na Alemanha – e os Volksdeutsche – os descendentes de alemães – o autor também destaca o papel de importantes jornais na difusão da crítica ao nacional-socialismo, assim como as experiências tidas durante a Primeira Guerra Mundial, quando os teuto-brasileiros sofreram uma série de represálias, que tornou muitos deles mais prudentes com relação à adesão ao nacional-socialismo.

No balanço final das investigações, o autor conclui que ao invés da AO fazer propaganda da Alemanha nacional-socialista e criar adesões, através de suas atividades deu razões para a existência de reações contrárias ao Terceiro Reich. Os grupos locais da AO na Argentina, Brasil, Chile e México criaram conflitos diplomáticos, agravaram relações bilaterais e contribuíram, com a tentativa de impor aos descendentes de alemães o ideal nacional-socialista, em minar a confiança da Alemanha nestes países, o que se agravou com a eclosão da Segunda Guerra. Ou seja, enquanto que no trabalho de Stefan Rinke se evidenciam os esforços alemães em retomar as relações diplomáticas, comerciais e culturais com a América Latina, durante a República de Weimar, no trabalho de Jürgen Müller, conclui-se que durante o período posterior, a influência do partido nazista acaba por repercutir negativamente para a política alemã no continente. Suas atividades e objetivos ao invés de evitar medidas nacionalizadoras e a assimilação dos descendentes de alemães, ao contrário, as favoreceram. Além de não conseguir, ao final, locutores influentes e impor suas posições na imprensa, não conseguiram coordenar as comunidades alemãs conforme os objetivos propostos. Ao invés disto provocou conflitos que, observa, “até ainda hoje produzem seus efeitos entre os que tomaram parte dos fatos e, em parte, entre os seus descendentes”.³

³ P. 495.